

Lucro dos bancos se reduz no primeiro semestre

Balanços mostram que a política monetária e a carga tributária trazem resultados piores

CECILIA PLESE
Correspondente

São Paulo — Quem tem o hábito de acompanhar mais de perto os pronunciamentos que o presidente da Fenaban/Febraban, Roberto Konder Bornhausen, costuma fazer periodicamente em várias capitais do País, a convite de diversas entidades de classe, há de lembrar que quando o tema abordado é a realidade econômica brasileira, ele sempre encontra uma oportunidade de deixar claro que ao contrário do pensamento geral, os resultados obtidos pelo Sistema Financeiro em termos de lucratividade, não são tão excepcionais assim. Com isso, ele procura mostrar que a ótica pela qual os banqueiros são analisados não está correta, já que eles não estão enterrados em dinheiro até o pescoço.

Ao que tudo indica, Bornhausen tem razão, pelo menos no que se refere ao primeiro semestre deste ano. E os que tiverem a paciência de examinar o comportamento em depósitos e lucros dos bancos comerciais privados no período, observarão que embora alguns dos números sejam estimados, já que nem todos os bancos divulgaram seus balanços semestrais, à exceção de instituições como o Citybank, Auxiliär, Safra e Lar Brasileiro, cujo desempenho superou em porcentagens reais a inflação acumulada nos últimos 12 meses, todos os outros apresentam números negativos.

Já deflacionados, esses valores indicam que a queda média, em bilhões de cruzeiros, dos depósitos totais até junho de 84, em comparação com junho de 83, foi de 8%. Em termos de lucros líquidos, a perda, do ponto de vista de uma média ponderada, alcança o patamar de 35 por cento. Se o cálculo for feito em função da média das variações, a que chega até 45 por cento. Esses números dizem respeito apenas aos grandes conglomerados, de forma que as pequenas e médias instituições terão tido um desempenho ainda pior, uma vez que os efeitos da recessão, da política econômica e dos avanços tecnológicos sobre elas, sempre são mais fortes.

Na verdade, elas estão gradualmente desaparecendo e a tendência deste segmento é a de uma absorção pelos grandes, quando não a de incorporações e fusões, de modo a torná-las mais competitivas. Um informe extraído do relatório anual do Banco Central e projetado para o ano de 84, revela que o coeficiente de concentração bancária, inexorável, aumenta dia a dia, pelo menos no que se refere aos bancos comerciais. Em 1964 eles eram 336; em 70, passaram a 195; em 82, a 114; e os prognósticos para 84 são de que eles se reduzirão a 111.

Se recuarmos um pouco mais no tempo, e examinarmos um outro dado — o da média de agências instaladas no País por sede de banco estabelecidas, verificaremos que, em 1939, para as 277 sedes existentes, havia 741 agências — uma mé-

dia de 2,67 cada. Em 1951, seis anos depois da primeira reforma do sistema financeiro, o País contava com uma cifra de 404 sedes e 3.634 agências — cerca de 8,99 agências para cada sede. Em 82, as 114 sedes em operação no território nacional contavam com uma média de 124,04 agências cada — num total de 14.141 unidades. E somente nos últimos três anos, o País presenciou o processo de fusões e incorporações de 15 diferentes instituições.

O que estaria acontecendo? Com o desenvolvimento da informática, os grandes conglomerados se transformaram em verdadeiras lojas de serviços, em que as agências incluem desde o recolhimento de taxas de impostos, aluguéis, cadernetas de poupança, agências de turismo, seguradoras, até o pagamento de FGTS, entre outros itens (a lista é grande). Com isso, eles passaram a disputar fatias cada vez maiores do mercado. A expansão das atividades e sua concentração num só ponto, além de facilitar a vida do usuário, diminui significativamente os custos de manutenção da rede de agência. Qualquer cidadão, em qualquer ponto do País, pode entrar numa agência do Bradesco ou do Itaú por exemplo, consultar o terminal de computador ali existente e movimentar sua conta sem maiores dificuldades. Para quem vive numa cidade como São Paulo, é muito fácil e vantajoso entregar o controle de sua vida financeira ao gerente de uma instituição que faz praticamente tudo, dispondo da possibilidade de sacar dentro dos limites, pelo sistema 24 horas, etc., etc., de que ser cliente de um pequeno banco com 3 agências instaladas no Centro, na Penha e em Pinheiros.

Os pequenos bancos não têm estrutura suficiente para competir com os grandes conglomerados e deixam de crescer devido à política concentradora do Banco Central ou porque seus clientes os estão trocando por outros. Os níveis de suas despesas administrativas são muito elevados. E esse processo não vem de agora, pois, está ocorrendo desde 1945.

A novidade é que pela primeira vez, também os grandes transformaram-se em vítimas da voracidade que tomou conta do Governo. Seus resultados negativos nos primeiros seis meses de 84, em relação a 83, podem ser explicados por inúmeros fatores. Segundo o professor Celso Martone, da USP, um deles está diretamente relacionado com o problema da dívida pública. Em 83, uma parte importante dos lucros obtidos pelos bancos derivou de sua posição em carteira em ORTN's cambiais. Devido à maxidesvalorização do cruzeiro ocorrida em fevereiro daquele ano, e as especulações que a ela se sucederam, tendo em vista a perspectiva de uma outra máxi, esses títulos com correção cambial se valorizaram muito no mercado. Já a partir do início de 84, ficou patente que não ocorreria uma nova máxi, pois as exportações caminhavam muito

bem e o Governo havia acumulado um estoque razoável de reservas. Como resultado, as instituições que ainda estavam carregadas desses títulos apresentaram um prejuízo considerável. Também é preciso ter em conta que os bancos se apropriaram dos ganhos da máxi em diferentes épocas. Alguns fizeram no primeiro semestre de 83 e outros, no segundo, o que pode ter definido um patamar diferente e extremamente elevado de comparação com os primeiros seis meses de 84.

A margem de cobrança dos **spreads** bancários sofreu, por outro lado, redução drástica, disse Martone. Em função do racionamento de crédito que ocorreu a partir de 81, obrigando os bancos a procurarem recursos no exterior, os níveis de **spread** aumentaram. Mas o fim dos limites quantitativos de expansão dos créditos, aliado a uma queda vertical na demanda tomadora por parte das empresas e a uma certa rigidez nas taxas de captação (forçada pelos juros elevados que o Governo oferece quando coloca seus títulos no mercado) reduziram a rentabilidade das instituições.

A política monetária em vigor, aliás, tem provocado de uma maneira geral, diminuição da lucratividade das carteiras de Open. Muitas empresas, na tentativa de se ajustarem em razão da recessão, procuraram trabalhar de forma a depender o mínimo possível do crédito bancário e de tomadoras passaram a doadoras líquidas, chegando mesmo a montar suas próprias mesas de Open. O Governo criou uma série de instrumentos em seu benefício que complicaram ainda mais a situação, entre eles as aplicações obrigatórias junto ao IAPAS, em crédito rural, na rolagem das dívidas das estatais, aumento do compulsório sobre os depósitos a prazo, diminuição do tempo de permanência nos bancos dos recursos arrecadados em impostos e taxas; redução em termos reais dos repasses governamentais; queda dos volumes captados no exterior em função da crise cambial; crescimento do volume de crédito em liquidação nas carteiras das instituições.

E um dos mais importantes: recolhimento antecipado do IR relativo ao ano de 84, com base nos ganhos obtidos em 83. Este último, de, inclusive, ser olhado mais de perto, pois na medida em que os bancos recolherem antecipadamente e sobre lucros não ganhos verdadeiramente, terão direito a devolução em 85. Nesse ano, não só o Governo não arrecadará (e o segmento bancário era o único que ainda dispunha de lucratividade suficiente para ser taxado), como terá que devolver. O próximo Governo se verá numa situação difícil.

Na opinião de Martone as perspectivas do segundo semestre são tão pouco animadoras quanto as do primeiro, por isso os bancos devem fechar o ano com resultados não muito diferentes. Um indicador

disso é a diminuição do volume de negociação das ações de bancos em bolsa. Essa queda reflete a expectativa dos aplicadores no sentido de que sua atuação não será das mais brilhantes. Como a questão da dívida pública permanece e suas pressões são grandes, em 85, o Governo terá que elevar a carga tributária, embora ainda não seja possível avaliar de que forma poderá fazer isso, pois não há mais de quem tirar.

A resposta, diz Martone, estaria na elaboração de uma reforma fiscal profunda. Mas mesmo que ela fosse realizada em 85, seus efeitos só se fariam sentir a longo prazo. Ele reconhece que os grandes bancos têm muito mais oportunidade de se defender do que os independentes. Não só seus custos administrativos são menores como podem trabalhar com taxas de captação inferiores às de mercado como podem trabalhar com taxas de captação inferiores às de mercado devido à grande rede de agências. A decisão de crescer e, portanto, de se expor mais em termos de riscos depende da política de cada um e como até agora nem todos divulgaram seus balanços, fica difícil estabelecer até que ponto aumentaram sua participação no mercado e mudaram de posição no "ranking" de estabelecimentos comerciais.

A curto prazo, nenhuma perda de posição é definitiva. Há 6 anos, por exemplo, o Mercantil chegou a ser o terceiro maior banco do País. Hoje é o décimo. Em relação aos primeiros colocados, sempre há flutuações naturais que não podem ser analisadas como uma perda de fôlego. O auxiliär, que chegou a ocupar o 22º lugar já subiu para o décimo e hoje é o sétimo. A longo prazo, é de se esperar que Bradesco e Itaú permaneçam em acirrada competição pelos dois primeiros lugares. Mas o Bradesco vem ocupando a primeira posição há 20 anos e seu estágio de automação está tão adiantado quanto o do Itaú. A partir do terceiro e quarto postos, as oscilações são ainda mais frequentes porque os valores são próximos e mudam mensalmente, mas a solidez do sistema financeiro não será colocada em dúvida em razão dessas pequenas alterações e sem contar que essa escala é fruto de uma avaliação decorrente dos volumes de depósitos totais. Se se tomar outros parâmetros para exame, as posições podem inclusive ser bastante diferentes.

Outra relação que não se pode estabelecer é a de que possíveis ligações com o poder em certas épocas tenham favorecido de algum modo este ou aquele grupo, ao longo dos últimos 15 anos. Não há medidas específicas do Governo para um ou outro banco. A política é coerente em termos de unanimidade e se houvesse algum tipo de favorecimento a algum, os seus concorrentes não deixariam de denunciar o caso...

WILSON PEDROSA



Bornhausen: da Febraban, o acompanhamento da posição do sistema bancário